



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO Nº , de 2011.

(Do Sr. Deputado Giovani Cherini)

Requer a realização de audiência pública, com a presença dos expositores que especifica, para discussão sobre a proibição do uso do amianto em todo o país

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, a realização de audiência pública para discussão sobre a proibição do uso do amianto em todo o País, com a participação das seguintes autoridades

João Carlos Duarte Paz, Presidente da Abifibra - Associação Brasileira das Indústrias de Distribuidores dos Produtos de Fibrocimento

Curt Trenenpohl, Presidente do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Ricardo Baitelo, representante do Greenpeace

Roberto Corrêa Netto, Diretor-geral da Brasilit;

Eliezer João de Souza, Presidente da Abrea - Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto.

Élio A. Martin, Presidente da Eternit

JUSTIFICAÇÃO

A discussão sobre a proibição do amianto no Brasil já se arrasta há mais de uma década, e, como resultante, o Brasil ainda não dispõe de arcabouço legal nacional nesse sentido.

Enquanto a União Européia e mais de quarenta nações proibiram a produção e utilização do amianto, no Brasil esta posição só foi adotada por alguns



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

estados brasileiros, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, em uma lei de minha autoria, e, mais recentemente, a partir de julho deste ano, o Estado de Mato Grosso do Sul.

Essa situação, pois, tem possibilitado a manutenção do negócio do amianto no país, na contramão das estratégias de responsabilidade ambiental e social demandadas, apesar de o Brasil ter ratificado em 1991 a Convenção OIT-162 que determina a substituição do amianto, havendo tecnologia e matérias-primas mais seguras. E, cabe salientar, não apenas há materiais em substituição ao amianto, como há estudo realizado pela Unicamp, demonstrando a possibilidade de banimento do mineral sem impactos econômicos significativos.

Acredito assim que precisamos, com urgência, retomar esse debate, para o que solicito o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em 20 de setembro de 2011.

Deputado **GIOVANI CHERINI**